

## Introdução à Teoria do Raciocínio Prático de Dewey<sup>1</sup>

*Jim Garrison*

*Universidade Estadual e Instituto Politécnico*

*da Virginia, Blacksburg, Virginia, USA.*

TRADUÇÃO: *Beto Cavallari*<sup>2</sup>

Mestrando em Educação pela UNESP-Marília

### **Sobre o autor**

Jim Garrison é atualmente Professor do Departamento de Ensino e Aprendizagem na Universidade Estadual e Instituto Politécnico da Virgínia, em Blacksburg, Virginia, USA. Ele possui uma vasta publicação no campo da filosofia da educação, especialmente sobre John Dewey e suas interfaces com o pensamento filosófico contemporâneo. Atuando dentro e fora da Academia, Garrison já foi presidente da Philosophy of Education Society e diretor da John Dewey Society, ambas nos EUA. Ele também possui importantes contribuições para a filosofia da educação fora de seu país.

### **Resumo**

Tradução: *Beto Cavallari*

A afirmação básica do pragmatismo de Dewey é que todo raciocínio está subordinado ao raciocínio prático orgânico (full-bodied) de meios-fins conduzido em um contexto específico com o propósito humano de melhorar uma determinada situação. Outras formas de razão, por exemplo, a chamada razão “pura”, racionalidade técnica, racionalidade interpretativa e racionalidade comunicativa são partes ou órgãos do raciocínio orgânico. Meu artigo começa com uma revisão da teoria do raciocínio prático de Aristóteles apresentada no livro *Ética a Nicômaco*. Geralmente esquecemos que, para Aristóteles, e Dewey, todo o raciocínio prático envolvia *Eros*, ou desejo apaixonado. No raciocínio prático nós raciocinamos intencionalmente em relação a valores e objetos do desejo. Para Aristóteles, e Dewey, meios não eram totalmente apartados dos fins, alguns meios constituem o fim da mesma forma que tijolos, cimento

---

<sup>1</sup>John Dewey's Theory of Practical Reasoning. Educational Philosophy and Theory Journal. vol. 31, p. 291-312, 1999. Blackwell Publishing"

<sup>2</sup> As notas de pé de páginas são do tradutor, as do autor encontram-se no final, depois das referências bibliográficas.

e trabalho permanecem após retirarmos os andaimes do edifício. Por trás disso está a perspectiva dominante do raciocínio prático promulgada pelos positivistas lógicos, campeões da racionalidade burocrática, e outros em que os meios são separados dos fins. Essa perspectiva contribui para a confusão que cerca o instrumentalismo de Dewey. Para Dewey, meios constituem o fim. Mostrarei como Dewey desenvolveu uma teoria da intencionalidade não-teológica como parte de sua teoria do raciocínio prático. Para Dewey, os objetos do raciocínio prático, valores, ideais, ou o que ele prefere chamar de “fins-em-vista”, não são fixos. Eles alteram conforme a investigação avança, da mesma forma que suas possibilidades servem como meios para sua atualização.

Palavras-chave: Dewey, John, 1859-1952. Crítica e interpretação. Raciocínio. Definição (Lógica).

### **Dewey’s Theory of Practical Reasoning**

#### **Abstract**

The basic claim of Deweyan pragmatism is that all reasoning is subordinate to full-bodied practical means-ends reasoning conducted in some specific context for the very human purpose of ameliorating some specific situation. Other forms of reason, for example, so-called “pure” reason, technical rationality, interpretive rationality, and communicative rationality are functional parts or organs of full-bodied reasoning. My paper begins with a review of Aristotle’s theory of practical reasoning presented in the Nicomachean Ethics. It is generally forgotten that for Aristotle, and Dewey, all practical reasoning involved  $\square$   $\epsilon\pi\omicron\sigma$  or passionate desire. In practical reason we reason purposefully for values, objects of desire. For Aristotle, and Dewey, means were not all fully detachable from ends, some means constitute the end just as bricks, mortar, and labor remain after the scaffolding for the building is removed. This belies the dominant view of practical reasoning promulgated by the logical positivists, champions of bureaucratic rationality, and others that means are detachable from the ends. This view contributes to the confusion surrounding Dewey’s instrumentalism. For Dewey, means constitute the end. I will show how Dewey developed a non-teleological theory of intentionality as part of his theory of practical reasoning. For Dewey, the objects of practical reason, values, ideals, or what he preferred to call “ends-in-view,” are not fixed. They alter as the inquiry advances, even as their possibility serves as means to their actualization.

**Key words:** Dewey, John, 1859-1952. Criticism and interpretation. Reasoning. Definition (Logic).

## Introdução

Para John Dewey, o padrão do raciocínio prático é o padrão de toda investigação. Para ele, lógica é investigação dentro da investigação; dessa maneira, sua teoria da investigação é a sua teoria da lógica ou racionalidade. O trabalho mais abrangente de Dewey sobre esse tema é o seu livro *Logic: the theory of inquiry*; o subtítulo descreve seu conceito de lógica. Nesse livro, ele corajosamente afirma que “racionalidade é a questão da relação entre *meios* e *conseqüências*, não de primeiros princípios fixados como a premissa última ou como conteúdos do que os neo-escolásticos chamam *criteriologia*. [...] Racionalidade como um conceito abstrato é precisamente a idéia generalizada da relação meios-conseqüências como tal.” (DEWEY, 1938, p. 17). Todo raciocínio é raciocínio *meios-fim* prático ou contribui para isso, segundo Dewey. Ele evita qualquer esforço em encontrar fundamentações racionais imutáveis e eternas.

Deixe-nos rapidamente esclarecer uma confusão comum. Dewey (1938, p.22) nota, “Como um termo geral, ‘instrumental’ se mantém para a relação entre *meios-conseqüência* como a categoria básica para a interpretação das formas lógicas”. Muitos confundem a atitude de Dewey com o instrumentalismo dos positivistas lógicos e, por conseguinte, igualmente a sujeitam à famosa crítica de Habermas sobre a racionalidade técnica. O instrumentalismo de Dewey é muito diferente (HARDCASTLE, 1997)<sup>i</sup>. Seu instrumentalismo deriva do procedimento pragmático para determinar significado, articulado primeiramente por Peirce: “Considere quais os efeitos, que se poderia atribuir de modo concebível ao comportamento prático, concebemos que o objeto de nossa concepção possui. Então, nossa concepção destes efeitos é o total de nossa concepção do objeto” (1992b, p. 132). Conseqüências ou efeitos são cruciais para o pragmatismo. O procedimento de Dewey (1938) em determinar a verdade, ou o que ele prefere chamar de “assertibilidade garantida”, deriva disto e se conecta com a sua concepção de racionalidade. Para ele, “a afirmação descritiva dos métodos que alcançam progressivamente verdades estáveis, assertibilidade garantida, é também uma afirmação *racional*, no caso da relação entre elas como sendo os meios e a assertibilidade como sendo conseqüência, é certificada.” (1938, p.17-18).

Para Dewey, todos os significados são conseqüências de ações compartilhadas socialmente, e todos os objetos, todas as verdades, incluindo as próprias leis formais da lógica, são objetos falíveis e *contingentes* da investigação. Dewey cuidadosamente distinguiu a existência metafísica da essência lógica, ainda que elas sejam, é claro, próximas. “Essência nunca é existência, e mesmo assim a essência é que tem o significado destilado da existência.” (DEWEY, 1925, p.144). A linguagem é “uma ponte natural que junta a lacuna entre a existência e a essência; em outras palavras,

comunicação”. (DEWEY, 1925, p.133). A existência lembra naturalmente uvas que a linguagem espreme em suco de uva, enquanto que o vinho é a essência destilada. Não devemos confundir o vinho lógico com as uvas existenciais (metafísicas) ou suco de uva lingüístico. O maior erro filosófico surge ao se confundir as *conseqüências* da estrutura do significado lingüístico e da investigação lógica com a existência metafísica *antecedente*. Dewey chama o erro de “falácia filosófica”. Essa falácia envolve “a conversão de funções eventuais em existência antecedente”. (DEWEY, 1925, p.34). Mais tarde, Dewey chamaria tal falácia de “negligência do contexto” (1931, p. 5). Conhecimento, asserção garantida, até mesmo as próprias formas da lógica são os artefatos, as funções eventuais, da arte de investigar. A falácia filosófica envolve a falha em entender que não podemos ter os produtos cognitivos sem o processo artístico. Tal falácia é freqüentemente formada pela objetificação da conceitualização<sup>3</sup> da função eventual.

A falácia filosófica e a objetificação facilitam a errônea identificação dos produtos lógicos da investigação, incluindo as formas da lógica, com uma existência *a priori*. Dewey (1938, p. 18) observa:

Lógica ou racionalidade têm sido, todavia, objetificadas. Um dos traços mais velhos e duradouros na teoria lógica converteu a racionalidade em uma faculdade que, quando é atualizada na percepção de primeiras verdades, foi chamada de *razão* e depois, *Intellectus purus*. A idéia de *razão* como o poder que intuitivamente apreende *a priori* a razão do primeiro princípio fundamental ainda persiste na filosofia da lógica.

Racionalidade, para Dewey, é uma realização individual e cultural que requer um re-trabalho contínuo, em um universo sempre em desenvolvimento. Significados, verdades ou leis racionais objetificadas são geralmente postos em algum céu platônico transcendente, em algum *Entendimento Transcendente* (Kant) ou a estrutura da Natureza (Herbert Spencer) para além do tempo, do acaso e da contingência. Dewey, o neodarwinista, não pensou que nada é eterno, imutável ou necessário. Finalmente, Dewey é um realista transaccional. Por realista transaccional ele entende que, quando a existência interage, por exemplo, a natureza humana com algum outro aspecto da natureza, ambos passam por transformações. Significados, conhecimento e formas lógicas são *conseqüências* dessas transações, e não existências antecedentes.

---

<sup>3</sup> Optamos por traduzir a palavra do original *hypostatizing* por objetificação da conceitualização (N.do T.).

Dewey reconhece a imensa influência de Peirce, afirmando que “ele foi o primeiro escritor em lógica a fazer da investigação e seus métodos a fonte primária e final do assunto lógico” (1938, p. 17). Dewey foi devoto da teoria da investigação da crença-dúvida de Peirce. Ele denunciou a noção cartesiana de que podemos nos colocar em dúvida de acordo com a nossa vontade. Ao invés disso, Peirce insistiu que somos colocados em dúvida quando nossos hábitos de ação são desviados. Ele declarou que “a crença é uma regra para a ação”, é “pensamento em descanso, ainda que o pensamento seja essencialmente uma ação” (PEIRCE, 1992b, p. 129). “A essência da crença”, para Peirce, “é o estabelecimento de um hábito, e crenças diferentes são distinguidas pelos modos diferentes de ação que dão origem [...] Se elas satisfizerem à mesma dúvida produzindo a mesma regra de ação, então nenhuma mera diferença em sua maneira de consciência pode originar crenças diferentes” (1992b, p. 129-130).

Para Peirce, os hábitos são biológicos de um modo que não eram, por exemplo, em David Hume. Peirce proclama que “a consciência sintética genuína ou o sentido do processo de aprendizagem, que é o ingrediente preeminente e quintessência da razão, possui uma base fisiológica bem evidente em sua propriedade mais característica do sistema nervoso: o poder de ter hábitos” (1992a, p.264). Hábitos também desempenham um papel decisivo na teoria da aprendizagem e na filosofia da educação de Dewey, bem como em sua lógica. Compare a posição de Peirce, acima, com a de Dewey (1938, p. 21) abaixo:

Qualquer hábito é uma forma ou uma maneira de ação. [...] Quando é formulado torna-se [...] uma regra [...] ou “lei” de ação. Dificilmente se pode negar que existam hábitos de inferência e que eles podem vir a ser formulados como regras ou princípios. Se existem tais hábitos, na medida em que são necessários para conduzir toda a investigação inferencial bem sucedida, então as formulações que os expressam serão princípios lógicos de todas as investigações.

O desvio de uma função habitual inicia a investigação, para Dewey. O indivíduo não se encontra apenas em um estado de dúvida cognitiva, mas também em um estado de necessidade fisiológica, do qual deseja sair. A interrupção do funcionamento habitual determina o *contexto* inicial da investigação. Essa afirmação é válida para o estudante do Ensino Fundamental que tenta comer na lanchonete da escola pela primeira vez. É válida também para o lógico matemático que está “patinando” tentando encontrar significados para alcançar o fim de uma prova válida para alguma proposição. “Atividade”, Dewey (1938, p. 133) declara, “não se encerra de modo a abrir caminho

para a reflexão”. Investigação, raciocínio, sentimento, imaginação e criação são todos momentos e continuações da ação.

Podemos agora apreciar como Dewey (1938, p. 108) define investigação: “*Investigação é a transformação controlada ou direcionada de uma situação indeterminada em uma que é tão determinada em suas distinções e relações constituintes, a ponto de converter os elementos da situação original em um todo unificado*”. Toda investigação é controlada, em parte, pelas restrições que lhe impõe contexto (situação) que ela procura melhorar. Lógica é um esforço para descobrir o que é comum naqueles raciocínios de meios-conseqüência até aqui conduzidos pela espécie humana. O que não significa que a lógica pode tornar-se completamente descontextualizada. O contexto da lógica é a investigação, e a investigação é sempre um raciocínio prático que procura meios para assegurar conseqüências desejáveis em um certo contexto.

Quando alguém fica perdido em seus esforços para entender a teoria do raciocínio prático de Dewey, deveria pensar em uma criatura biológica que teve o hábito de ação desviado. A tarefa da criatura é determinar meios pelos quais a conseqüência é a restauração do funcionamento habitual estável. Essa imagem é generalizada no exemplo do lógico em seu estudo com lápis, papel e uma xícara de café. Ele também, de uma forma entusiasmada, deseja meios para alcançar uma conseqüência, ou seja, premissas e regras de inferência para assegurar sua conclusão. O desejo de tranqüilidade pura, imparcial e objetiva é somente uma paixão peculiar e auto-refutável.

### *A Reconstrução de Aristóteles por Dewey<sup>ii</sup>*

Dewey deu uma virada neo-aristotélica após a sua chegada a Columbia, onde conheceu F. J. E. Woodbridge<sup>iii</sup>. Mesmo tendo sustentado seu aristotelianismo com diferenças significativas. Nesta seção, examinaremos como Dewey reconstrói Aristóteles. Mais adiante, examinaremos toda a arquitetônica da teoria de Aristóteles e os detalhes da reconstrução de Dewey.

Aristóteles<sup>iv</sup> separa rigidamente o raciocínio teórico do prático, um dualismo que Dewey nega diretamente. Razão ou sabedoria teórica (*theoria*), de acordo com Aristóteles, exercita o intelecto puro para contemplar o que é necessário, imutável e eterno e, através disso, dar frutos a um certo conhecimento (*episteme*). As outras duas formas de raciocínio dizem respeito ao que envolve o tornar-se, ou o que admite ser de outra forma (ARISTÓTELES, 1994, 1140a). Aristóteles distingue dois tipos de razão contingente: uma envolvida em ação e a outra em produção.

A sabedoria prática é *phronesis*, o uso inteligente do raciocínio prático; sua preocupação é com a ação mundana (*praxis*). A outra forma de razão contingente é *techne* (conhecimento generalizado sobre o trabalho manual, habilidade ou arte de fazer); sua preocupação é com a produção. É a forma do conhecimento associada com a *poiesis* (criar, fazer ou chamar para a existência). Ambas são importantes para campos como a educação, no qual os eventos são claramente contingentes e podem ser de outro modo. Aristóteles separou evidentemente essas duas formas de raciocínio contingente: “Com efeito, enquanto produzir tem uma finalidade diferente do próprio ato de produzir, o mesmo não ocorre com o agir, pois a finalidade da ação está na própria ação” (1994, 1140b). Na atividade guiada pela razão prática, a atividade é um fim, não qualificado, em si própria, para Aristóteles. Na produção, o fim é algum produto além da atividade. Dewey não somente nega esse dualismo, mas intencionalmente une as duas formas de raciocínio contingente.

Para Dewey (1925), toda a razão é razão prática; ele negou a existência de um reino à parte da ação humana, onde poderíamos completar a busca pela certeza e achar o descanso eterno. A *Theoria* intencionalmente desvelou a essência eterna e os finais fixos transcendentais ao domínio da ação humana. Ao insistir que todo o raciocínio é raciocínio prático, Dewey rejeitou a possibilidade de qualquer conhecimento desse tipo. Escreveu um livro inteiro para refutar a busca filosófica da certeza; para ele, nenhuma coisa, fim ou essência é eterno, imutável ou necessário.<sup>v</sup> Da forma com que ele viu, “Uma coisa pode até perdurar [...] e ainda não ser eterno; ela irá esfarelar diante da dolorosa mordida do tempo, conforme exceda uma certa medida”. (DEWEY, 1925, p.63).<sup>vi</sup> Dewey, o neodarwinista, fez para a essência filosófica o mesmo que Darwin fez para as espécies. A antiga palavra grega para essência, *eidōs*, foi traduzida para o Latim como “espécie” (DEWEY, 1909, p.5).<sup>vii</sup> Em um mundo onde 99% de todas as espécies que já existiram estão agora extintas, coisas são contingentes e admitem ser de outra forma.<sup>viii</sup>

Ao definir um objetivo, Dewey (1959, p. 108-112) distinguiu meros resultados de fins; e, fins envolvem pensamento, reflexão e deliberação. Como em Aristóteles, a intencionalidade é o que distingue a ação ou a conduta inteligente do mero comportamento. Dewey (1959, p. 159) declara:

Pensar é o esforço intencional para descobrir *as relações específicas* entre uma coisa que fazemos e a consequência que resulta, de modo a haver continuidade entre ambas [...] Pensar equivale, assim, a patentear, a tornar explícito o elemento inteligível de nossa experiência. Tornar possível o proceder-se tendo um fim em vista. É a condição para podermos ter objetivo.

Lembrem-se, o contexto de toda a investigação envolve necessidade, dúvida e o desejo de aliviar a necessidade e remover a dúvida. Planejar transforma meros términos em algo mais do que somente um resultado; eles se tornam fins. Ter uma meta, um fim ou um propósito cria um comportamento inteligente. Antecipar conseqüências requer não somente um fim, mas também um *fim-à-vista*, segundo Dewey. Fins-à-vista nos permitem ver para onde estamos indo; desse modo, menos acidentes acontecem. É aqui que a deliberação se torna útil. O pensar, para Dewey, é reflexivo, uma tentativa de fazer conexões de trás para frente e de frente para trás entre o que fazemos e o que sofremos como conseqüência. O conceito de continuidade também é importante: raciocínio de meios e fins não é linear, para Dewey. Fins sempre *emergem* durante o percurso da investigação. Meios são indistintos do fim em um dado contexto até que o processo de investigação complete-se e relações harmoniosas sejam estabelecidas entre todas as partes da situação, incluindo o próprio investigador.

Dewey, desse modo, rejeita o comprometimento de Aristóteles com fins pré-determinados:

Quando os homens acreditavam que fins pré-estabelecidos existiam para todas as mudanças normais na natureza, a concepção de fins similares para o homem era apenas um caso especial de uma crença geral. Se as mudanças em uma árvore, da semente até se tornar um carvalho adulto, eram reguladas por um fim que era de algum modo imanente ou potencial em todas as formas menos perfeitas, se a mudança era simplesmente o esforço para realizar uma forma perfeita ou completa, então, a aceitação de uma visão parecida para a conduta humana era consonante com o resto do que se passou por ciência. Tal visão, consistente e sistemática, foi impingida por Aristóteles sobre a cultura ocidental e permaneceu por dois mil anos. (1922, p. 154-155)

Dewey rejeita a noção de *telos* ou *eidós* fixos. Implicitamente, a passagem também rejeita a noção de uma *entelechia* que conecta a noção de *telos* com aquela de uma forma pré-existente e pré-determinada, ou o *eidós* que está esperando já no fim de um dado processo. A paixão por fins fixados em si próprios é parte da busca pela certeza. Dewey indica que “Amor pela certeza é uma demanda de garantia adiantada antes da ação. Ignorando o fato de que a verdade pode ser adquirida somente por meio da aventura da experiência, o dogmatismo transforma a verdade em uma empresa de seguros. Fins fixos de um lado e ‘princípios’ fixos – ou seja, regras autoritárias – do outro lado são [...] o refúgio do tímido e os meios pelos quais o destemido avança sobre o tímido” (DEWEY, 1922, p. 163). Rejeitando não somente a busca por certeza, mas o

também monismo, Dewey insistiu que “Fins são, na verdade, literalmente sem fins, sempre trazidos à existência na medida que novas atividades ocasionam novas conseqüências. ‘Fins sem fim’ é uma forma de dizer que não existem fins – quer dizer, não há finalidades fixas e autofechadas” (DEWEY, 1922, p. 159). O pluralismo infinito de Dewey é exaltado em possibilidades sem fins de um universo infinito; para ele, monismo quer dizer dogmatismo. Dadas as necessidades, desejos e propósitos dos esquilos, o fim ideal das sementes de carvalho é ser “comida para o inverno”. Esquilos inteligentes iriam cultivar árvores de carvalho, tanto quanto humanos inteligentes cultivam milho, como meios de se alimentarem nas noites de inverno. Seres inteligentes atribuem significado, valores e propósitos aos fluxos de eventos que, de outra forma, não teriam sentido. Para esse fim, ter fim à vista é especialmente útil:

Na verdade, fins são fins-à-vista ou objetivos. Eles aparecem como resultado dos efeitos ou conseqüências naturais. [...] Essas conseqüências constituem o significado e o valor de uma atividade, na medida em que ela se torne deliberada. Enquanto isso, é claro que a imaginação fica ocupada. Antigas conseqüências são aprimoradas, recombinações e modificadas na imaginação. A invenção (criatividade) funciona. Fins são conseqüências previstas que aparecem durante o percurso da atividade e que são empregados para darem significado adicional à atividade e para direcionar seu percurso futuro. Eles não são de jeito algum fins *da* ação. Ao serem fins da *deliberação*, eles são pivôs que se redirecionam *na* ação. (DEWEY, 1922, p. 155)

Refletindo no espelho do futuro, os fins à vista transmitem significado e valor sobre a atividade presente. A imaginação ativa pode modificar tanto fins quanto meios, alterando, com isso, o significado e o valor. Significado e valor emergem no processo de investigação; eles não precisam estar lá desde o começo. Dewey (1925, p.147) comenta: “Significados são regras para usar e interpretar coisas; a interpretação sendo sempre uma imputação da potencialidade para alguma conseqüência”. Esse é o padrão pragmático do significado em ação. Como o raciocínio prático abre novas possibilidades, novas conseqüências atuais e potenciais, novos significados emergem, então, podemos interpretar as coisas diferentemente de como interpretamos no começo. O que nos interessa aqui é o papel da razão prática como um guia da ação inteligente. Fins-à-vista são conseqüências previstas que pré-interpretam os eventos e fornecem possibilidades. Eles nos permitem agir inteligentemente no presente; ação racional sendo ação significativa envolvendo um valor desejado, o objetivo do raciocínio

prático. Fins podem refletir de volta no presente a ação que serve como meio de sua própria atualização (DEWEY, 1922, p. 156). Para um fim se tornar fins-à-vista, o pensador deve se tornar reflexivo. A preparação funciona como fins-à-vista que guiam a ação presente, embora qualquer pessoa que já tenha montado um brinquedo de Natal saiba que fins-à-vista exigem re-interpretação constante. Na verdade, o investigador pode chegar até a produzir criativamente um produto inédito que seja, algumas vezes, melhor do que o original<sup>x</sup>.

Dewey pensa que “fins aparecem e funcionam na ação” (1922, p. 154). O fato de que Dewey seja o fundador da psicologia funcionalista torna-se muito importante aqui.<sup>x</sup> O que qualquer criatura viva procura é manter um funcionamento saudável. A ação interrompida motiva um organismo a restabelecer uma relação funcional com o ambiente para sustentar, até mesmo exaltar, a sua existência. A habilidade de transcender as restrições imediatas de espaço e tempo para forjar fins-à-vista remotos é uma das principais vantagens das criaturas altamente inteligentes, e deveria ser um dos objetivos supremos da educação. Além disso, e isto é muito importante, em Dewey os fins da ação nunca são *externos*. Uma vez alcançados, fins à vista tornam-se meios, ou “pivôs”, no direcionamento e redirecionamento da ação futura; eles fornecem novos começos. Isso é parte do princípio da continuidade de Dewey. Tendo construído uma residência, podemos usá-la como meio para um casamento feliz, criar uma família, passar bons momentos com amigos e, de qualquer outra forma, criar significado e valor. Finalmente, deliberação permite que criaturas de hábito, tais como nós próprios, redirecionem suas ações inteligentemente. Fins-à-vista são os pivôs ou os sustentáculos para o re-direcionamento criativo *dentro* da ação.

Para resolver um problema, remover uma necessidade e satisfazer uma dúvida é preciso transformar artisticamente (*artfully*) a situação por meio da investigação. O pensador deve, de uma forma segura e criativa, configurar os meios para alcançar as conseqüências desejadas. O raciocínio prático deve produzir a conseqüência desejada para completar a investigação. Entendimento e conhecimento estão entre os produtos da razão prática. Dewey toma seriamente a noção de Giambattista Vico a respeito do produtor de conhecimento: “Sabemos um objeto quando sabemos como ele é feito, e sabemos como ele é feito na medida em que nós mesmos o fazemos” (DEWEY, 1924, p. 319). Dewey, o pragmatista, insistiu que a razão prática sempre tem conseqüências ou produtos imanentes. Sigo Hans Joas quando vê Dewey como o fornecedor da teoria da ação criativa, ao colocar juntamente a ação racional com o raciocínio produtivo (JOAS, 1996b)<sup>xi</sup>.

Dewey nos lembra que, “Na antiga história do pensamento reflexivo grego, a arte, ou *techne*, e a ciência eram sinônimos” (1938, p. 77).<sup>xii</sup> Com Martin Heidegger, Dewey

entende que a ciência é uma instância de tecnologia em lugar de tecnologia como ciência aplicada. Quando Dewey (1938, p. 33) escreve que “A própria ciência é não mais que uma arte central que auxilia na geração e utilização de outras artes”, ele está identificando a ciência com a atualização artística de possibilidades ideais na existência natural. Ciência é simplesmente o raciocínio prático altamente refinado, cujo artefato é conhecimento, ou melhor, assertibilidade garantida. Como a história da ciência indica, a ciência é uma disciplina progressiva, no mesmo sentido que a lógica, ela se desenvolve quando suas assertibilidades garantidas, essências e leis se esfumam diante da dolorosa mordida do tempo, conforme exceda uma certa medida.

Para Aristóteles, é o papel dos propósitos, metas, intenções, valores (cognitivo, moral ou estético), com uma teleologia geral, que distingue a ação ou conduta do mero comportamento. Dewey aceita essa distinção, mesmo que negue o dualismo entre ação e produção. Com isso, abre-se a possibilidade para a ação racional criativa. Para a ação criativa, há uma diferença significativa entre o comportamento meramente causado e a conduta baseada em razões; a última é inteligente. Porque o substantivo abstrato “razão” tornou-se culturalmente tão carregado de significado, Dewey condenou-o à morte e geralmente prefere a palavra “inteligência”. A noção de Aristóteles de deliberação inteligente inspirou Dewey nesse ponto. A aceitação e a habilidade em deliberar e em agir de acordo com as conclusões da deliberação inteligente é uma virtude de caráter, segundo Aristóteles (1994, 1139a) escreveu:

A afirmação e a negação no raciocínio correspondem à busca e à repulsa na esfera do desejo; por isso, já que a virtude moral é uma disposição de caráter relacionada com a escolha, e a escolha é um desejo deliberado, para que a escolha seja acertada deve ser verdadeiro o raciocínio e reto o desejo, e este último deve buscar exatamente o que o primeiro determina.

A deliberação completamente efetiva depende da excelência moral do caráter e não somente de sua virtude intelectual. Quando nosso desejo deliberado decide como uma consequência de um caráter virtuoso, e em acordo com a razão certa, a decisão é excelente. Em um outro lugar, Aristóteles (1994, 1140a) nota que “Julga-se que seja característica de um homem dotado de sabedoria prática ser capaz de deliberar bem acerca do que é bom [...] sobre aqueles [aspectos] que contribuem para a vida boa de um modo geral”. O desejo deliberado como ação criativa rende frutos para o entendimento do sentido de inteligência e ação criativa inteligente de Dewey.

A noção de virtude de Aristóteles possui outra qualidade, indicada abaixo, que Dewey valoriza. Aristóteles (1994, 1103a) declara:

Como vimos, há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral [*ethiké*] é adquirida como resultado do hábito [*ethos*], de onde o seu nome se derivou, por uma pequena modificação dessa palavra..

Dewey distingue, mas não constrói um dualismo entre virtude intelectual e virtude moral; para ele, ambas são habituais. Dewey (1922, p. 124) acertadamente declara que:

Hábitos concretos fazem toda percepção, reconhecimento, imaginação, lembrança, julgamento, compreensão e raciocínio que é feito. [...] Embora o hábito, por si próprio, não conhece, por isso ele próprio não pára de pensar, observar ou lembrar. Nem o impulso, por si próprio, se engaja em reflexão ou contemplação.

A deliberação inteligente e reflexiva é a chave da liberdade, para Dewey. Deliberação é aquela parte da razão prática que permite reflexão e escolhas inteligentes:

A deliberação é um ensaio dramático (na imaginação) de várias linhas de ações possíveis competindo. Ela começa com o bloqueio da ação observável e eficiente, devido o conflito entre hábitos anteriores e impulsos recentemente liberados. [...] Portanto, cada hábito e cada impulso envolvidos na tensão temporária da ação observável se alternam ao serem colocados à prova. A deliberação é um experimento para descobrir o que as várias linhas possíveis de ação realmente são. [...] Mas a tentativa é na imaginação e não em fatos observáveis. (DEWEY, 1922, p. 132-133)

Imaginação e desejo material são partes importantes da razão prática, para Dewey. Uma educação que falha no estímulo da imaginação e na apropriada liberação de impulsos não é totalmente racional. Somente o indivíduo totalmente racional, no sentido expandido de racionalidade de Dewey, é livre. Retornaremos adiante ao tópico sobre deliberação reflexiva e liberdade.

### *A Teoria do Raciocínio Prático de Hume*

Há uma alternativa à visão aristotélica que dominou o pensamento moderno a respeito do raciocínio prático. Hume se autoconsiderou como tendo provado que a “razão é perfeitamente inerte, jamais podendo impedir ou produzir qualquer ação ou efeito” (HUME, 2001, p. 498). Essa evidência é um resultado simples e direto de seu empirismo atômico.

Na química mental de Hume, todas as percepções determinam-se dentro em dois tipos, “impressões e idéias” (2001, p. 496). Idéias são meras cópias fracas das impressões. Impressões subdividem-se em sensações e reflexos. Sensações são impressões que chegam imediatamente à experiência, vindas de fontes desconhecidas. Por exemplo, após serem copiadas pelas idéias, as impressões iniciais, tais como prazer e dor, podem retornar, via reflexo, como desejo e aversão, esperança e medo (HUME, 2001, p. 25-26). Não há um sentido claro da reflexão crítica sob as conseqüências, em Hume; como resultado, não há quase nada em sua filosofia que permita alguém examinar criticamente os fins da ação.

Memória e imaginação podem recolher idéias e operar sobre elas futuramente. A ordem pela qual recebemos as impressões largamente restringe a memória, apesar de a imaginação ser livre para mudar a organização e mexer em suas idéias (HUME, 2001, p. 27-28). Na medida em que as idéias diferem das impressões, então “uma opinião ou crença é apenas uma idéia forte e vívida derivada de uma impressão presente a ela relacionada” (HUME, 2001, p. 135).

Existem somente três tipos de conexões entre as idéias: a contigüidade, a semelhança e a causação. Imaginação opera principalmente pelo combinar idéias independentemente da causação. Hume constrói a causação fora da contigüidade espacial e temporal, juntamente com a prioridade temporal de causa e efeito. Ele nega outra atribuição à causação, a não ser o permitido por sua análise reducionista. Confronta especialmente aqueles que alegam que “é alguma coisa produtiva” (HUME, 2001, p. 97). Hume insiste que a produção não é nada mais do que um sinônimo de sua definição reducionista. Pelo fato de colocar junta a ação criativa com a ação racional e o raciocínio produtivo, Dewey desafia Hume. Na verdade, toda a filosofia de Dewey é uma teoria da *emergência* orgânica e criativa; ela se opõe às descrições reducionistas de todos os tipos, incluindo o empirismo atômico de Hume.

Hume explica sete regras pelas quais se julgam causa e efeito; ainda que sejam fáceis de serem explicadas, suas aplicações recursivas geralmente são difíceis. Hume (2001, p. 208) conclui que “Eis toda a LÓGICA que penso que devo empregar em meu

raciocínio”. A única função da razão e do julgamento lógico, para Hume, é ou identificar uma conexão causal entre as idéias ou inferir uma causa vinda de um efeito ou seu oposto, de conformidade com as regras da causação.

Hume reduz o raciocínio prático à determinação linear da conexão causal. O fim é meramente o último vagão do trem e pode se soltar dos outros sem alteração. A razão pode servir para identificar relação causal, no sentido empírico mais restrito de causa, mas a razão em si pode não servir como uma causa da ação. Em outras palavras, os meios não podem, de alguma maneira, causar ou constituir o fim ou a consequência na razão prática, para Hume. De certa forma, não há razão prática em Hume, há somente o uso prático da razão. Como veremos na próxima seção, tanto Aristóteles quanto Dewey negam essa conclusão, para eles, os meios constituem parcialmente a consequência ou o fim da ação procurada na razão prática.

Os impulsos da ação, segundo Hume, são as paixões, as quais devem ser entedidos o prazer e a dor, bem como os reflexos que possam deles derivar. A razão não pode mais servir de uma motivação para a ação, bem como não pode mais servir também como um fim para a ação. Hume (2001, p.450) conclui que “a razão sozinha não pode produzir qualquer ação nem gerar uma volição”. Essas paixões motivacionais naturalmente procuram fins, o que Hume chama de objetos, que as satisfaçam. Ele escreve: “É a perspectiva de dor ou prazer que gera a aversão ou propensão ao objeto; e essas emoções se estendem àquilo que a razão e a experiência nos apontam como as causas e os efeitos desse objeto” (HUME, 2001, p. 450). É fácil entender porque conclui que:

Já observamos que a razão, em sentido estrito e filosófico, só pode influenciar nossa conduta de duas maneiras: despertando uma paixão ao nos informar sobre a existência de alguma coisa que é um objeto próprio dessa paixão ou descobrindo a conexão de causas e efeitos, de modo a nos dar meios de exercer uma paixão qualquer. (HUME, 2001, p. 499)

Razão meramente direciona as paixões derivadas pelo “reflexo” vindo do prazer e da dor; ela não constitui uma parte da ação, propriamente.

Para Hume (2001, p.451), “A razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões”. Nessa descrição, as paixões são as causas do comportamento e a razão serve apenas de guia da paixão até que se complete; elas podem nunca servir para motivar ou causar uma ação. A única forma em que uma paixão é propriamente chamada irracional é quando é fundada na suposição de que um objeto existe e ele realmente não existe ou quando,

“ao agirmos movidos por uma paixão, escolhemos meios insuficientes para o fim pretendido, e nos enganamos em nossos juízos de causas e efeitos” (HUME, 2001, p. 416). Os motivos iniciais e finais da ação são ambos externos à razão, para Hume. Isso marca a diferença principal entre ele e Aristóteles ou Dewey.

Razão é a burocracia particular da mente. Seu serviço é executar os comandos que recebe dos motivos e funciona diligentemente para alcançar seus fins. Podemos entender essa metáfora de uma forma mais literal do que parece. Hume é, afinal, uma das fontes primárias da razão prática como racionalidade instrumental separável de quaisquer fins pelo qual ele pode ser juntado. Hume pensa cada indivíduo como o engenheiro de um trem no qual a locomotiva, o impulso, é abastecido de prazer e dor. Abastecido, o engenheiro guia o trem a uma série de destinos, ou fins, durante sua vida, enquanto a razão diz a ele quando mudar de caminho e juntar ou separar os vagões durante o percurso.

Hume é também uma fonte primária da psicologia do estímulo-resposta (S-R) e o seu descendente, o behaviorismo radical reducionista. Nessa teoria, a aprendizagem é exclusivamente um processo psicológico envolvendo uma criatura passiva, fazendo associações entre os estímulos do ambiente e a resposta do organismo. Não surpreende que a razão prática e a reflexão crítica nunca tiveram muita participação nessa psicologia. Dewey (1896, p. 96-109) refuta essa psicologia em um de seus mais famosos artigos. Nele, Dewey declara que “O antigo dualismo entre sensação e idéia está repetido no dualismo atual de estruturas periféricas e centrais, e funções; o antigo dualismo do corpo e da alma encontra um eco distinto no dualismo atual do estímulo e resposta” (1896, p. 96). Para Dewey, a ação é primária; deveríamos compreender sensação e idéia “vindas de seu lugar e função no circuito sensorio motor” (1896, p. 97). A criatura viva seleciona o que irá tomar atenciosamente em seu ambiente e interpreta isso a partir da perspectiva de suas atividades progressivas. A criatura determina o que serve como estímulo e interpreta o que isso significa para a ação futura. O verdadeiro começo é o *ato* de procurar, observar e compreender. A meta da ação para o organismo é “co-ordenar” sua ação juntamente com o resto do seu ambiente, para sustentar ou melhorar seu funcionamento.<sup>xiii</sup> Além disso, a criatura viva é criativamente ativa ao reconstruir o ambiente no qual ela deve responder. Em organismos de costumes elevados, tal “co-ordenação” inteligente e criativa torna-se a função da razão reflexiva e prática.

Muitos pensam que os modelos de processamento de informação e de inteligência artificial são um grande avanço sobre o S-R e o behaviorismo reducionista, mas eles não são. O antigo dualismo do estímulo e resposta ou das estruturas periféricas e

centrais e funções encontram um eco distinto no dualismo atual de saída e entrada de informação e da noção de processamento central. Caros leitores, a tradução de Hume do *uso* instrumental passivo da razão apartada (objetiva) domina a psicologia educacional atual e suas disciplinas dependentes, bem como a administração educacional (incluindo a administração do Ensino Superior). Razão prática como uma co-ordenação *criativa e* ativa, de ideais e da realidade estão inteiramente derrotadas. Não surpreende que Dewey e outros discípulos de Aristóteles sejam amplamente confundidos ou ignorados. De qualquer forma, a pesquisa inspirada pelas suas idéias é seriamente subestimada.

Hume (2001) fornece um exemplo que nos permite ilustrar a diferença entre as causas passivas do comportamento e a ação criativa envolvendo intrinsecamente a razão prática. É útil examinar esse exemplo porque nos ajudará a ver o que Dewey emprestou de Hume, bem como a forma com que Dewey o reconstruiu. Hume (2001) considera o caso onde um viajante, em uma jornada de vida, aparece para engajar em raciocínio prático:

Se uma pessoa interrompe sua viagem ao encontrar um rio no caminho, é porque prevê as conseqüências de seguir adiante; e seu conhecimento dessas conseqüências é transmitido pela experiência passada, que lhe informa sobre determinadas conjunções de causas e efeitos. Mas, será possível pensar que, nesse momento, ela se põe a refletir sobre alguma experiência passada e a recordar casos que viu ou de que ouviu falar, a fim de descobrir os efeitos da água sobre o corpo animal? Certamente não; não é assim que procede seu raciocínio. A idéia de afundar está tão intimamente conectada com a de água, e a idéia de se afogar com a de afundar, que a mente faz a transição sem o auxílio da memória. O costume age antes que tenhamos tempo de refletir. (HUME, 2001, p. 134)

Costume está perto de um sinônimo de hábito, para Hume (2001, p. 134-135).<sup>xiv</sup> Dewey concorda inteiramente com a análise de Hume, até onde ela vai. Não ir muito longe é precisamente o que está errado com as análises reducionistas simplistas, na psicologia do estímulo e resposta, informação, nos modelos e raciocínio e processamento de informação e nos princípios instrumentalistas da administração tecnocrata. Lembrem-se, para Dewey, os hábitos fazem todo o reconhecimento e o raciocínio que conseguem, ainda que eles próprios não parem deliberadamente de refletir. O que está faltando na análise de Hume é qualquer sentido forte de deliberação sobre as conseqüências. O que os aristotélicos realmente gostariam de ver na análise de

Hume, é o como o viajante planeja cruzar o rio. Confrontado com um funcionamento habitual interrompido, jogado na necessidade e dúvida, como o viajante irá restaurar o funcionamento estável? Ele pode, de uma forma imaginária, antever as conseqüências dos possíveis cursos da ação? Ele irá construir uma ponte provisória, ou de uma outra forma, uma solução criativa para o problema?

O exemplo de Hume nos apresenta a diferença entre ele e Dewey. A noção de razão de Hume é consideravelmente linear. Não fornece espaço para a reflexão crítica e para a deliberação sobre os fins das ações, muito menos a reconstrução da lógica. Meios nunca constituem fins, portanto, o uso prático da razão nunca pode tornar-se produtivo, muito menos criativo. Hume reduz a ação humana a um efeito de causas encontradas na natureza, por meio da razão ou nos impulsos (primariamente dor e prazer) do agente. Certamente que não há possibilidade de a razão servir como causa; o que toda razão pode fazer é identificar idéias e descobrir suas conexões causais. Acima de tudo, os impulsos e fins da ação são externos à razão, na versão do instrumentalismo de Hume.

A noção de razão, em Dewey, é uma questão de co-ordenar uma situação; não é solução de problema simples e linear. Tal co-ordenação harmoniosa envolve a modificação do próprio investigador, incluindo seus impulsos e fins, bem como o ambiente. Razão prática, para Dewey, envolve a reflexão crítica e deliberação cuidadosa sobre os fins da ação; com isso, criam-se as condições para a liberdade inteligente, ainda que situada. Sua teoria da racionalidade prática é holística; o que são meios e o que é o fim emergem, durante o processo de co-ordenação, e não é aparente até o término da investigação. Precisamente os mesmos materiais e o mesmo assunto poderiam tornar-se inteiramente diferentes em outra ocasião, quando necessidades, desejos ou propósitos diferentes prevalecem. Os resultados do raciocínio prévio podem motivar ações futuras bem como alterar fins; razões podem servir como causas de ação. A fonte da liberdade para Dewey está situada no uso criativo da razão prática produtiva.

### *A Arquitetônica da Razão Prática Aristotélica e a Investigação Criativa Deweyana*

Raciocínio vivo e completo é raciocínio prático. Um organismo saudável deve harmonizar com sucesso muitas funções do corpo, portanto, deve também fazê-lo com o *organum* da racionalidade.<sup>xv</sup> Muitos, como Hume, somente discutem algumas dessas funções, ainda que muitos tenham morrido com um rim funcionando perfeitamente.

Para Dewey, todo raciocínio se esforça em assegurar valores, ou funciona como uma parte de tal raciocínio. Tiles (1988, p. 109) observa:

[Dewey] não negou que julgamentos teóricos ou factuais possuíam suas próprias características distintas, nem é justo dizer que ele tentou *reduzi-los* a julgamentos práticos. Sua posição, ao contrário, foi a de segurar tais julgamentos como sendo órgãos específicos de um todo orgânico mais amplo, que consiste dos contextos que exigem julgamentos práticos a serem feitos. (Dizer que um rim é um órgão de um organismo completo não é reivindicar que ele pode subsistir por sua própria conta como um organismo completo, nem é uma preliminar para reduzi-lo a um organismo completo).

No que se segue, eu quero identificar os órgãos principais do *organum* do raciocínio prático de Dewey e brevemente descrever seu funcionamento e suas relações funcionais.

Aristóteles foi quem primeiro elaborou a estrutura funcional do raciocínio prático há 2.300 anos atrás. Talvez o principal comentarista do século XX sobre Aristóteles, Sir David Ross, esquematize aquela estrutura dessa forma:

Desejo	Eu desejo V.
Deliberação	U é o meio para V. T é o meio para U. ... N é o meio para O.
Percepção	N é algo que eu posso fazer aqui e agora.
Escolha	Eu escolho N.
Ação	Eu faço N (ROSS, 1971, p. 199).

Razão viva integra as diversas funções orgânicas necessárias para sustentar a ação criativa; algumas dessas funções incluem o ser corporificado, o desejo, os fins (valores), a deliberação criativa e livre, a imaginação, os meios (incluindo razão) e a percepção. Raciocínio prático é um processo holístico, vivo e orgânico. O processo é contínuo, envolve aberturas para *feedback* e relações reticuladas, mutuamente se modificando. Para entender as partes é necessário entender o todo, mas, para entender o todo, devemos entender todas as partes. Os movimentos do raciocínio prático parecem com o círculo hermenêutico interpretativo. Toda vez que viramos a direção

produzimos novos significados, essências e valores. À medida que significados, essências e valores novos emergem, os significados prévios modificam-se. Quando a razão humana exercita sabiamente suas muitas funções, o organismo prospera e cresce. Deixe-nos examinar alguns dos órgãos do *organum* de Aristóteles e Dewey. Formalmente, a principal premissa do raciocínio prático compreende: “Eu desejo V”. Aqui, “Eu” se refere a uma pessoa viva possuindo e sendo possuída por seus hábitos corporificados de conduta. “V” é algo que o praticante valoriza, o bem, os fins, a consequência procurada; é o objeto de seu desejo. Desejo para Aristóteles significa “desejo apaixonado”, ou Eros. Vamos ver como esses três órgãos interagem. No *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1984, 1139a, p.7) insiste:

Pensamento por si mesmo [...] não move nada; o que nos move é pensamento apontado para alguma meta e preocupado com ação [...] Agora desejo está em relação com a meta [fim ou valor]. Por conseguinte, a decisão pode ser um dos dois, ou entendimento combinado com desejo ou desejo combinado com pensamento; e o que origina o movimento nesse sentido é um ser humano.

Notem que pensamento sem direção própria não nos move; pensamento misturado com desejo apontando para alguma meta, entretanto, move. O resultado não é mero diletantismo ou mero comportamento, mas ação intencional mais ou menos inteligente. O que origina a ação é todo pensamento e sentimento humano estando em funcionamento de acordo com a meta ou o valor.

Aristóteles é conhecido por afirmar que as razões possuem poder causal. O mais habilidoso defensor atual dessa posição é Donald Davidson (1963, p. 685), que observa: “R é uma razão primária do porquê um agente executou uma ação A sob a descrição *d* somente se R consistir de uma pró-atividade do agente na direção de ações com uma certa propriedade, e uma crença do agente de que A, sob a descrição *d*, possui tal propriedade”. Davidson (1963, p. 685-700) afirma que devemos tomar a razão primária R como uma causa da ação. Coloque a noção de razão primária no “Eu”, no esquema da razão prática acima. Agora, interprete o esquema como se estivesse conectado organicamente. Finalmente, pense no indivíduo funcionando não dentro, mas *por meio* de um ambiente em que V, e os meios até ele, existem pelo menos potencialmente. Interpretado dessa forma, é fácil ver como razões poderiam funcionar como a causa da ação. Dewey compartilha a oposição de Aristóteles e de Davidson a Hume.

Recorde-se que, para Dewey, os hábitos são disposições corporificadas para mostrar as emoções evidentes. Ele rejeita qualquer dualismo entre mente e corpo. Para ele, seguindo Peirce, hábitos compõem a “mente” do investigador, o “Eu” no esquema acima. O pensamento mistura-se com sentimentos no corpo ou, mais exatamente, no contexto da ação descrito anteriormente, para motivar o agente a agir. Dewey (1925, p. 134, 189)<sup>xvi</sup> entende a mente como algo distribuído em um campo de ação que inclui o ambiente, valores, ferramentas, “a ferramenta das ferramentas”, que é a linguagem, outras pessoas e “a própria pessoa como a ferramenta das ferramentas, o meio em todos os usos de meios”. Na educação de professores e na preparação de administradores escolares, a ferramenta mais importante, o meio mais importante, em qualquer contexto de prática, é a sabedoria e o conhecimento prático do praticante.

Valores, ou o que Dewey prefere chamar de “fins à vista”, são ideais que servem para guiar a conduta. Já estabelecemos que valores nunca são externos à investigação, para Dewey. Aqui, expandiremos essa idéia. O julgamento de valores para Dewey não era somente uma questão de avaliar a força probatória da evidência; em vez disso, envolvia experimentação ativa, que exigia construir criativamente valores. Dewey (1915, p. 35) escreveu: “Julgar valores é engajar-se no estabelecimento de valor onde nenhum é dado”. Entender essa afirmação é entender que valores emergem durante o processo de formação de julgamento. Formação de julgamento é sinônimo de cumprimento de um curso de investigação, ou raciocínio de meios-conseqüências, para Dewey.

Lembrem-se, razão prática procura artisticamente meios para trans-formar alguns contextos interrompidos para alcançar fins (valores) desejados, assim, restaurando um funcionamento harmonioso e garantindo a nossa sobrevivência. Qualquer valor que melhore um contexto é racional, aqueles que melhoram um contexto mais do que outros são mais racionais, e os valores totalmente racionais são aqueles que mais melhoram o contexto. Por isso, não podemos julgar um valor até que o instituamos, e a instituição imaginativa é a melhor por ser a mais segura. Não podemos, dessa maneira, julgar um valor (um fim à vista ideal) excluído do contexto que intencionamos a melhoria do valor. Uma vez que se prove sua habilidade em melhorar um contexto, como uma conseqüência de experiência passada, valores fornecem princípios (até critérios, caso se deseje) antecedentes culturalmente entrincheirados, que podemos usar para transformar contextos futuros.

Dewey pensou o raciocínio prático de meio-conseqüências como algo criativo. Como Aristóteles, ele pensou que alguns meios, o que Dewey chama de “*media*”, constituem o fim sob o término do raciocínio prático de meios-fins, da mesma forma que tijolos, cimento e mão-de-obra constituem um prédio após a remoção dos andaimes.<sup>xvii</sup> Dewey

(1925, p.276) expressa a relação orgânica ao dizer que: “A conexão de meios-conseqüência nunca é uma sucessão simples no tempo [...] Há um depósito em cada fase que entra acumulativa e constitutivamente no resultado. Uma instrumentalidade genuína *para* é sempre um órgão *de* um fim”. Essa noção de meios constitutivos é crucial para entender que, para Dewey, o raciocínio de meios-conseqüência é um processo emergente e criativo. Esse é o estágio da deliberação em nosso diagrama acima; é também o lugar da escolha livre.

Aristóteles (1984, 1113a, 8-13) escreve: “O objeto de escolha, sendo uma das coisas sob o nosso próprio poder, é desejado após a deliberação, escolha será desejo deliberado das coisas sob o nosso próprio poder”. A deliberação abre caminho para um significativo conceito de liberdade naturalista forçado pelo contexto. A maioria das teorias de liberdade coloca uma substância metafísica misteriosa chamada livre arbítrio, relacionada com algum reino elevado para além do tempo e da mudança; a razão está localizada no mesmo lugar. O resultado é uma enorme quantidade de dualismos entre mente *versus* corpo, sujeito *versus* objeto e mente *versus* matéria, que tornam a ação transformativa impossível. Os seguidores do empirismo britânico são típicos. A filosofia ainda precisa encontrar uma maneira de resolver esses dualismos. Para Dewey, sua característica intratável é a pista para a sua falsidade; ele pensa que a natureza humana é simplesmente uma parte da natureza. Aristóteles abre a possibilidade de naturalização da noção de liberdade.

A reflexão inteligente nos permite fazer uma conexão de trás para frente e de frente para trás entre o que fazemos e o que sofremos como conseqüência. Se pudermos nos tornar cientes, por meio da reflexão, das contingências em nosso *habitat* que determinam nossos hábitos de conduta, então podemos alterá-los por meio da ação criativa deliberada em nosso *habitat*, alterando, assim, as condições que determinam nossos futuros hábitos de conduta. Nosso *habitat* social é especialmente importante no condicionamento de nossos hábitos de conduta, especialmente nossos hábitos morais. Dewey pensou a democracia participativa, pluralística e inclusiva como a melhor forma de relações sociais, em parte porque é a mais provável para induzir a reflexão, em comparação com outras formas de sociedade atualmente existentes.

A teoria da liberdade em Dewey é contextual, no mesmo sentido de sua teoria do raciocínio prático. Na verdade, sem raciocínio prático criativo a liberdade é impossível. Dewey determina três condições para a liberdade. A primeira “inclui eficiência nas ações, habilidade em cumprir planos”. A segunda “inclui a capacidade em variar planos, mudar o curso da ação”. A terceira “significa o poder do desejo e da escolha para ser agentes nos eventos” (Dewey, 1922, p.209). É impossível executar planos dentro de um reino metafísico do puro pensamento e de liberdade inata, isento de

atrito; a ação pode não adquirir qualquer tração. Hábitos corporificados operando em um *habitat* que opõe resistência dão liberdade ao contexto; eles também significam o poder do desejo como um fator nos eventos.

De acordo com Joas (1996a, p.148), Dewey sustenta “uma interpretação não teológica da intencionalidade”.<sup>xviii</sup> Joas reconhece que a rejeição de Dewey quanto a metas pré-determinadas, que existem anteriormente ou externas à ação reconstrói toda a noção de intencionalidade.<sup>xix</sup> Ações orientadas por metas tornam-se “não teológicas e, ao invés, auto-reflexivas” (JOAS, 1996a, p.159). É válido lembrar que pensamento, para Dewey, é o esforço intencional para fazer conexões entre alguma coisa que fazemos e as conseqüências que ocorrem, de forma que ambos se tornem contínuos. Todo o pensamento para Dewey é fundamentalmente “auto-reflexivo”, o que inclui fazer conexões de trás para frente e de frente para trás.

Dewey (1915, p.37) insiste na “característica perfeitamente recíproca de meios e fim no julgamento prático”. Tal reciprocidade possui implicações reflexivas. O “fim-à-vista está presente em cada estágio do processo; está presente como o significado [e valor] dos materiais usados e das ações realizadas; sem a presença dessa ruptura, as ações não são ‘meios’ em sentido algum; elas são meramente condições causais extrínsecas” (DEWEY, 1925, p.280). Podemos julgar o valor dos meios atuais por meio dos fins ideais. Reciprocamente, devemos admitir que “somente pelo julgamento dos meios – coisas que têm valor durante a condução de uma situação indeterminada até o seu término – o fim é determinantemente comprovado no julgamento” (DEWEY, 1925, p.280). Se os meios constituem parcialmente o fim, então, o investigador só pode determinar o fim ao término da investigação. É aqui que vemos a criatividade do raciocínio prático de meios-conseqüência. No início da investigação o fim da ação é geralmente vago, inexato e indeterminado, ou, talvez, comecemos com um fim-à-vista bem focado somente para o nublado durante o processo. Algumas vezes, logo que vemos para onde uma investigação está nos levando, percebemos que não queremos continuar o processo, talvez, porque podemos “ver” que não é tão valioso, apesar de tudo. Talvez, após iniciar a jornada de criação de valores e significados, percebamos que criamos um andaime que nos permite construir algo muito mais excelente do que procurávamos fazer de início. Burocratas e outros aliados humeanos dos fins externos e da lógica linear irão passar ao largo pelo belo para obter o mensurável.

Deliberação, na razão prática, está ligada ao que deveríamos fazer e como deveríamos fazê-lo. É uma questão de co-ordenar meios e conseqüências, sendo que a relação entre meios e conseqüências é recíproca do começo ao fim. Co-ordenar um contexto é uma aventura criativa que transforma uma situação não desejável em uma que seja mais

desejável. Dewey (1925, p.280) insiste que “a diferença entre meios e fim é analítica, formal, não material e cronológica”. O fim valorado, a consequência, *emerge* durante o criativo esforço em co-ordenar algum contexto interrompido; não precisa estar lá desde o início. Na verdade, o investigador não pode determinar o que são meios e fim até que termine o curso do raciocínio prático. Dewey (1915, p.38) explica: “O fim-à-vista sobre o qual o julgamento da ação estabelece-se e é simplesmente o meio adequado ou completo para a realização de algo”. Em outra ocasião, em um contexto diferente, para uma pessoa diferente com diferentes necessidades e desejos, a coisa certa a fazer, o bem a perseguir, pode ser diferente.

Podemos agora entender por que, no livro *Democracia e Educação*, Dewey rejeitou qualquer dualismo entre matéria de estudo e método. Na educação, método é o estudo da melhor forma de organizar a matéria de estudo para a instrução. Uma vez que, para Dewey, os professores ensinam a matéria de estudo aos alunos, o método apropriado para a organização da matéria de estudo pode variar de aluno para aluno.<sup>xx</sup> Isso quer dizer que a mesma matéria de estudo pode ser estruturado de uma maneira diferente a todo momento em que os propósitos (pedagógicos) mudarem. Dewey (1959, p.182) explicou a adequada organização da matéria de estudo como um processo de deliberação prática:

Como, porém, o ato de pensar é um movimento dirigido da matéria para um resultado ulterior, e como a mente ou o espírito é o aspecto deliberado e intencional desse processo, radicalmente falsa é a noção daquela solução de continuidade. [...] Método significa esse arranjo da *matéria* para tornar mais eficaz sua utilização. Nunca é o método alguma coisa exterior ao objeto, à matéria.

Dewey fervorosamente rejeitou a noção do único e melhor método ou único e melhor sistema de fins e meios fixos, que os tecnocratas educacionais protegem a qualquer custo.

A própria razão é uma realização contextual, segundo Dewey (1922, p.170), que escreve: “Pois a razão, é válido repetir, é um resultado, uma função, e não uma força primitiva. O que precisamos são aqueles hábitos, disposições que levam a uma previsão consistente e imparcial das consequências. Então, os nossos julgamentos são racionais; somos então criaturas racionais”. O estoque cultural dos métodos racionais e das estruturas lógicas são as consequências entrincheiradas das mais diversas investigações, convergindo após a auto-reflexão (lógica como investigação na investigação). Lembrem-se, mesmo as próprias formas da lógica, incluindo a lei do

terceiro excluído (*excluded middle*), podem ser modificadas como consequência de uma investigação específica.<sup>xxi</sup> O significado da própria razão é algo que emerge e continuamente desenvolve-se durante o processo de condução da investigação. A razão desenvolve-se tanto quanto as espécies se desenvolvem e, em um ambiente em desenvolvimento, o *Homo sapiens* que retém uma lógica fixa e imutável, como indivíduos que retêm metas fixas, tende à extinção.

Variar os planos na medida em que a situação exige, e na medida em que a situação se torna mais clara, é uma parte crucial da ação racional, do mesmo modo que a ação racional é parte da ação criativa. Lembrem-se, capacidade de variar planos, mudar o curso da ação, é uma das condições apresentadas por Dewey para a liberdade. Uma maneira de entender essa condição no contexto do raciocínio prático é examinar a teoria do jogo de Dewey.

Dewey não segue o dogma que distingue trabalho de jogo, afirmando que o último não possui finalidade. Dewey (1959, p.224) proclama que “os jogos tem um fim, no sentido de uma idéia orientadora que dá sentido aos atos sucessivos”, ainda que o fim antecipado “é mais um ato subsequente do que a produção de uma mudança especial nas coisas”. Trabalho, em contraste, desenvolve um fim, uma finalidade ou valor mais definido, ou seja, um esforço mais prolongado, listado e distante. Jogo passa pelo trabalho sem brecha de continuidade. Dewey (1959, p.227) conclui, a respeito de trabalho e jogo:

Ambas as coisas são igualmente livres e providas de motivação intrínseca [...]  
O trabalho é psicologicamente apenas uma atividade que conscientemente implica a atenção voltada para as consequências como partes de si mesma; torna-se trabalho compulsório quando as consequências são exteriores á atividade, como fins para os quais a atividade é unicamente um meio. O trabalho associado com a atitude do jogo é arte.

A habilidade de imaginar e jogar criativamente com possibilidades alternativas é uma parte crucial da liberdade, porque ela nos permite variar os planos. Qualquer pessoa que trabalha pode executar planos, mas elas serão como que escravos, uma vez que os propósitos de suas condutas são fornecidos por outra pessoa e, assim, não podem escolher de acordo com os seus desejos. O mesmo vale para os professores que devem ensinar nos padrões ditados pelos burocratas educacionais do Estado.

Deliberação é uma experimentação divertida. Lembrem-se, para Dewey, (1959, p.227) a deliberação é um “experimento para descobrir o que as várias linhas possíveis de

ação possuem em comum”. Com efeito, tanto “experiência” quanto “experimento” derivam do latim, para o francês, como “um exame” ou “conhecimento por meio de exame” enquanto “escolha” deriva do tectônico, para o francês, como “tentar, testar”. Vale lembrar que Dewey pensou que seria melhor se “a tentativa é na imaginação” (DEWEY, 1922, p.132-133) porque nos salva, na prática, de sofrer as conseqüências. Escolhas emergem da relação funcional entre as várias funções do raciocínio inteligente de meios-conseqüência. <sup>xxii</sup>

Boa deliberação lembra o trabalho que permanece permeado com a atitude de jogo. Por isso a imaginação corporificada é tão importante para o entendimento de racionalidade em Dewey. Valores ideais são possibilidades situadas para além do real (ainda que não exterior à existência possível). As possibilidades somente se tornam visíveis por meio da imaginação. Dewey (1934, p.40) indica que:

Nenhum “raciocínio” como raciocínio, ou seja, como imaginação e sentido excludentes, pode alcançar a verdade. [...] [O investigador] seleciona e coloca de lado na medida em que seus sentimentos imaginativos se movem. “Razão”, nessa altura, não pode chegar a uma compreensão completa e a uma garantia independente. Ela deve voltar atrás e considerar a imaginação – considerar a materialização das idéias, num sentido carregado emocionalmente.

O pragmatismo deweyano quebrou o falso dualismo entre pensamento e sentimento, pensamento racional e pensamento criativo, bem como mente e corpo. Da mesma maneira que o desejo e o hábito corporificado, a imaginação é um órgão interno do raciocínio prático. Sem hábitos metodológicos para nos ajudar a realizar nossos planos, sem a habilidade imaginativa e divertida em variar planos, e sem escolhas e desejos apaixonados, não poderíamos ser livres. A deliberação reflexiva, inteligente e criativa é o centro da liberdade na ação. Quando Dewey (1959, p.226) conclui que “Nenhuma responsabilidade da educação é mais séria do que a de fornecer adequada provisão de lazeres *recriativos*<sup>4</sup> [...] para produzirem duradouros efeitos nos hábitos do espírito”, ele está sendo totalmente irônico. Ele também quer dizer isso quando adiciona que “A atitude artística, novamente o dizemos, é que satisfaz esta exigência”. Em parte, ele está se referindo à arte criativa da razão prática.

---

<sup>4</sup> A tradução para recriativo ou re-criativo provêm do original *re-creative*. O sentido não é o de recreação, mas sim de constante criação. O itálico foi adicionado sobre o original (N. do T).

A imaginação, junto da perspicácia emocional, opera também na conclusão da investigação em Aristóteles e em Dewey. O pensamento racional e crítico requerem mais do que o critério universal abstrato de racionalidade para se completarem. Ao aplicar exclusivamente o critério universal não se percebe os propósitos (valores) humanos. Como o investigador sabe qual critério universal aplicar em um contexto único, particular e nunca visto antes? Ele precisa de critérios mais específicos, mas, então, como ele sabe quando aplicá-los? Ele precisaria de critérios ainda mais específicos, e assim continuamente, para sempre. O que é uma regressão infinita prejudicial; precisamente o este o motivo que levou Aristóteles (1941, p.970) concluir, há mais de 2.300 anos, que “esses são problemas da percepção. Se estamos fadados a deliberar sempre, devemos ir até o infinito”. Muito foi feito para o raciocínio ser guiado exclusivamente por uma criteriologia totalmente essencial, universal e abstrata. Eventualmente, o pensador crítico deve contar com sua percepção para reconhecer que algo, alguma pessoa, ou alguma situação é uma instância de um critério dado. Ele deve ter compreensão emocional, talvez até simpatia, pela situação. Ele deve ter a habilidade de imaginar, de analisar, não apenas com os olhos. Se razão, ou qualquer outra coisa, está fadada a mover o pensador eternamente, ele deve ver que existe alguma coisa que pode fazer aqui e agora como um meio para seus fins à vista.

Dewey (1915, p. 37) notou que a palavra “fim” possui um duplo significado, “pode significar ou o limite *de facto* para o julgamento, que pela definição não participa de forma alguma no julgamento; ou pode significar o último e complementar objeto do julgamento, a concepção desse objeto, na qual uma dada situação transitiva e incompleta se fundamentaria”. Objetivos e fins-à-vista são instâncias do segundo sentido de “fim”, são internos à investigação. Deliberamos *a respeito dos* meios *para* algum fim ou valor que melhore uma situação dada, concluindo, assim, a investigação artificialmente. Ainda que o valor final talvez não esteja no começo, ele deve emergir perto do final, para co-ordenar a situação e concluir a investigação. Um “fim” que está além das fronteiras da investigação fornece um limite externo em uma dada investigação, fixa o início ou o fim. A percepção de um “N” no esquema de Ross é um fim ou término para além da fronteira da deliberação adequada, onde a *ação* física e externa começa. Dewey (1915, p. 37) concorda com Aristóteles:

De acordo com Aristóteles, a deliberação sempre se encerra quando chegamos “ao primeiro elo da corrente causal, que é o último em ordem de descoberta”, e isso quer dizer “que o homem é um princípio motor de ações”. Em outras palavras, o último fim-a-vista sobre o qual o julgamento da ação se estabelece é simplesmente o meio ou o adequado meio para a realização de algo. <sup>xxiii</sup>

No “fim” do pensamento vem a ação. Conduta e ação criativa são apenas uma continuação da ação de deliberação criativa do mesmo modo que o pensamento é uma continuação da ação. A deliberação não pode autocompletar-se, a menos que possa perceber os meios particulares, a última coisa na ordem do descobrimento que está aqui, agora e em nosso poder causal. A percepção é o último dos órgãos funcionais no corpo do raciocínio prático que iremos discutir.

Evitar as noções elevadas da suposta razão pura, enquanto se livra da inerte sabedoria prática humeana, libertaria o campo da educação para mais uma vez explorar as riquezas da teoria da razão prática aristotélica. Ao revisar o esquema da razão prática de Ross recordamos essa imensa promessa. O indivíduo, o “Eu” do esquema, corporifica hábitos de ação adquiridos em seu *habitat* físico e social. Entender isso nos ajudaria na conexão da educação física e do corpo com a ação ética, estética e inteligente. A preocupação com o “desejo” permitiria restaurar a educação de Eros em algo parecido com a posição de auto-estima que ela assegurou para os antigos gregos, que entenderam que nós somos o que nós amamos. Reconhecer que sempre racionalizamos em nome de algum valor desejado nos permite perseguir o tópico dos valores da educação no contexto da deliberação racional. Além do mais, a virtude presente no “Eu” apareceria ao fazer o desejado. Reconhecer que meios, como intermediários, constituem o fim, permitiria reconhecer que o raciocínio é uma arte, em que seus artefatos são a assunção garantida e a harmonia dinâmica, e que esses produtos são sempre contingentes e sujeitos à crítica e reconstrução. A doutrinação se tornaria mais difícil. Iríamos parar de pensar a estética e a arte como enfeites, e nem separaríamos as finas artes das artes práticas. Iríamos repensar a educação vocacional. Talvez, entendêssemos por que Dewey (1959, p.341) insistiu que “Uma ocupação é uma atividade seguida e contínua visando um fim. Por isso, a educação *por meio de ocupações* associa em si, mais do que qualquer outro método, a maioria dos fatores conducentes ao saber”.<sup>xxiv</sup> Finalmente, a percepção, especialmente a percepção moral sobre o que deveríamos fazer aqui e agora como educadores, vulneráveis diante de nossos alunos e do nosso público, deveria receber o respeito que merece.

Tudo que foi escrito acima é muito mais por ter esperança que ocorra, mas podemos, pelo menos, responder rigorosamente quando nos dizem que é um sonho irracional.

### *Referências*

Citações do trabalho de John Dewey fazem parte da *edição crítica* publicada pela Southern Illinois University Press. (Com exceção de *Democracia e Educação*, N.do T.). As abreviações das *edições críticas* são:

TI *Os Trabalhos Iniciais (1882-1898)*;

TM *Os Trabalhos Medianos (1899-1924)*;

TF *Os Trabalhos Finais (1925-1953)*.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 1994.

DAVIDSON, D. Actions, reasons, and causes. *Journal of Philosophy*, v. 60, p. 685-700, 1963.

DEWEY, John. *Art as experience*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1934. v. 10. TF

\_\_\_\_\_. *Context and thought*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1931. v. 6. TF

\_\_\_\_\_. *Democracia e educação*. 3. ed. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. *Experience and nature*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1925. v.1. TF

\_\_\_\_\_. *Human nature and conduct*. Southern Illinois University Press, 1922. v. 14.

TM

\_\_\_\_\_. *Logic: the theory of inquiry*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1938. v. 12. TF

\_\_\_\_\_. *The influence of Darwin on philosophy*. Southern Illinois University Press, 1909. v. 4. TM

\_\_\_\_\_. *The logic of judgments of practice*. Southern Illinois University Press, 1915. v. 8. TM

\_\_\_\_\_. *The reflex arc concept in psychology*. Southern Illinois University Press, 1896. v. 5. TI

\_\_\_\_\_. *The quest for certainty*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1925. v. 4. TF

GARRISON, Jim. Dewey's philosophy and the experience of working: Labor, tools and language. *Synthese*, v. 105, n.5, p. 87-114, 1995.

\_\_\_\_\_. Toward a pragmatic social constructivism. In: LAROCHELLE, M., BEDNARZ, N.; GARRISON, J. (Ed.). *Constructivism and education*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- HAACK, S. *Philosophy of logics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p.210-211.
- HARDCASTLE, G. L. Instrumentalismo. In: GARRETT, D.; BARBANELL, E. (Edit.). *Encyclopedia of empiricism*. Westport, CT: Greenwood Press, 1997.
- HICKMAN, Larry. *John Dewey's pragmatic technology*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução Déborah Danowski. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- JOAS, H. *The creativity of action*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996a. \_\_\_\_\_ . *The theory of creative action*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996b.
- ORTON, Robert E. How can teacher reasoning be practical? *Educational Theory*, v. 48, n. 2, 1998.
- PARKERS. P. (Ed.). *Encyclopedia of Science & Technology*. New York: McGraw-Hill, 1992.
- PEIRCE, Charles Sanders. (1992) A guess at the riddle. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Ed.) *The Essential Peirce*. Bloomington: Indiana University Press, 1992a. Original 1887-1888.
- PEIRCE, Charles Sanders. How to make our ideas clear. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Ed.). *The essential Peirce*. Bloomington: Indiana University Press, 1992b. Original 1878.
- ROCKEFELLER, S. *John Dewey: religious faith and democratic humanism*. New York: Columbia University Press, 1991.
- ROSS, W. D. *Aristotle*. London: Methuen & Co Ltd., 1971. \_\_\_\_\_ . *Aristotle: nicomachean ethics*. New York: Random House, 1941.
- SLEEPER, R. *The necessity of pragmatism*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- TILES, J. E. *Dewey*. London: Routledge, 1988.
- WESTBROOK, R. B. *John Dewey and American Democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *On certainty*. New York: Harper & Row, 1972.

## **Notas**

---

<sup>i</sup> Hardcastle (1997, p. 191), assim define “Instrumentalismo”: “Em sua encarnação mais recente, o instrumentalismo é uma forma de entender a teoria científica em que os termos ou frases distintivamente teóricos da teoria – aqueles que denotem coisas em princípio não-

---

observáveis para nós – devem ser entendidos como meros instrumentos lingüísticos ou lógicos que existem somente para facilitar a derivação de um grupo de afirmações observacionais [...] um termo teórico não se refere a um objeto extralingüístico. Há uma pequena conexão entre o instrumentalismo de Dewey e essa definição”.

ii Ao escrever esta e a próxima seção encontrei o trabalho do falecido Orton (1998). Sentiremos sua falta..

iii Ver Sleeper (1986, p. 7, 92), Westbrook (1991, p. 119, 321) e Rockefeller (1991, p. 362).

iv Aristóteles é referenciado pelo número da seção; traduções podem variar.

v As conclusões de Dewey (1925) são similares à de Wittgenstein (1972).

vi As essências, que constituem o produto da investigação, podem permanecer; elas são estáveis o suficiente para garantir a ação e a investigação futura, mas até mesmo as leis da lógica são contingentes e mutáveis.

vii Para uma discussão que explicitamente liga Aristóteles, *eidōs* e as espécies, nesse sentido, ver Dewey (1909).

viii Ver Parkers, 1992, p. 571-572.

ix Admito que eu mesmo nunca tive essa experiência criativa de Natal.

x É geralmente esquecido que foi Dewey quem escreveu a primeira introdução à psicologia nos Estados Unidos, bem como ele foi presidente da Associação Americana de Psicologia antes de ter sido presidente da Associação Americana de Filosofia. Entre funcionalistas da “Escola de Chicago” estavam James Rowland Angell e George Herbert Mead, este o melhor amigo de Dewey em toda a sua vida. Eles também fundaram escolas funcionalistas de sociologia.

xi Ver especialmente o capítulo 3.

xii Esta conexão é utilizada em detalhes na obra de Hickman (1990). Ver também Garrison (1995).

xiii Dewey (1896, p. 109) escreve: “é a coordenação que unifica aquilo que o conceito do arco reflexo nos dá somente em fragmentos separados. É o circuito no qual cai a distinção do estímulo e resposta como fases funcionais”. Eventualmente, o estímulo e resposta tornam-se instrumental na filosofia de Dewey.

xiv Ver Hume, 2001, p. 134-135, e em muitos outros lugares.

---

<sup>xv</sup> Eu quero constatar a qualidade orgânica da lógica da investigação de Dewey como razão prática com o *New Instrument* ou *Novum Organum* de Francis Bacon e seus seguidores, particularmente Hume.

<sup>xvi</sup> Essas passagens são cruciais para entender o instrumentalismo de Dewey. Para ver mais sobre a noção de mente e do eu como espalhados em um campo de ação em Dewey, ver Garrison (1998).

<sup>xvii</sup> Tiles (1988, p. 158) observa que, para Dewey, “Meios nunca são totalmente externos ao fim no qual ele ajudou naquele momento (used to) a realizar”.

<sup>xviii</sup> Hans Joas (1996a) desenvolve uma teoria sociológica da ação criativa, pela qual ele argumenta que abrange a ação comunicativa, normativa e racional. A estética e a psicologia de Dewey se encontram no centro dessa teoria (ver a Introdução de Joas).

<sup>xix</sup> Joas (1996a, p. 157) também nota que outros grandes filósofos do século XX rejeitaram a noção de metas pré-concebidas, incluindo “Heidegger, Merleau-Ponty, Wittgenstein e Ryle” (1996a, p. 157).

<sup>xx</sup> Dewey nunca foi “centrado no estudante”, no sentido de que o estudante era necessariamente mais importante que a matéria de estudo ou o professor. Ele dizia que sérias considerações sobre as necessidades, os desejos, os interesses, e o estado cognitivo do estudante é condição *sine qua non* para o sucesso do ensino. Naquele tempo, quando o estudante era largamente ignorado, foi fácil interpretar erroneamente seus muitos pronunciamentos em defesa dos estudantes, como que estivesse incitando os professores a tornarem-se “centrados no estudante”. Eu penso que ensinar nos lembra um triângulo; não se pode ter um, ao menos que estejam todos os três lados e eles formem um espaço pedagógico.

<sup>xxi</sup> Um exemplo de como a investigação empírica pode vir a alterar a lógica está nas sugestões de Hans Reichenbach e Hilary Putnam, de que uma lógica validada três vezes resolveria alguns problemas levantados pela mecânica quântica. Ver Haack, (1978, p. 210-211).

<sup>xxii</sup> Etimologicamente, “inteligência” significa “selecionar entre”. O *intellectus*, no latim, da qual ela deriva, é um composto de *inter* (entre) e *legere* (escolher).

<sup>xxiii</sup> As aspas são do original em Dewey. Acredito que Dewey está citando o livro *Ética a Nicômaco*, 1112b. Recorde-se que “princípio” (do inglês *cause*, N. do T.) tem significados muito diferente para Aristóteles e para Dewey, ainda que ambos estejam em divergência com Hume.

<sup>xxiv</sup> A ênfase é de Dewey.